PROJETO DE LEI Nº009, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

FICA ALTERADO O INCISO II, DO ARTIGO 17, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.004/2017 E ACRESCENTA O ART. 37-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica alterado o inciso II, do Art. 17, da Lei nº 1004/2017, que passa a ter a seguinte redação:

***Art. 17** – Compete ao Município de Caseiros, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:*

...

***II** – efetuar o pagamento do auxílio natalidade, auxílio funeral e auxílio mudança;*

[...]

Art. 2º - Acrescenta Artigo 37-A à Lei Municipal nº 1.004/2017, de 05/09/2017.

***Art. 37 - A** – O benefício de auxílio no transporte de mudança intermunicipal será prestado para famílias que não possuem condições de permanecer residindo ou que pretendam residir no Município de Caseiros.*

***Parágrafo único** – O auxílio poderá ser prestado na forma de pecúnia ou prestação de serviços.*

Art. 3º - Os demais artigos previstos na Lei Municipal nº 1.004/2017 permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 4º - Os procedimentos e critérios para a concessão do auxílio poderão ser regulamentados.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de Fevereiro de 2021.

**LEO CESAR TESSARO,
Prefeito Municipal.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminha-se o presente Projeto de Lei visando a *ALTERAÇÃO DO INCISO II, DO ARTIGO 17, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.004/2017 E ACRESCENTAR O ART. 37-A na referida Lei.*

O que motivou a origem deste Projeto de Lei foi que algumas famílias de baixa renda têm procurado a Secretaria da Assistência Social para fins de que o Município possa realizar a mudança de seus pertences pessoais, tanto para sair quanto para vir residir no Município de Caseiros.

Contudo, a Lei Municipal de nº 1004/2017 de 05/09/2017 não contempla a possibilidade do Município conceder Auxílio Mudança para famílias necessitadas o que dificulta os trabalhos de Assistência Social.

São estas, resumidamente, as justificativas que o Poder Executivo encaminha a esta Casa Legislativa, buscando a competente autorização para regulamentar a questão, nos termos desse Projeto de Lei, ao qual solicitamos apreciação e votação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 22 de Fevereiro de 2021.

LEO CESAR TESSARO,
Prefeito Municipal.